

# Governo ignorou veto da Funai a áreas isoladas

Órgão fez duas recomendações para impedir mineração, exploração de petróleo e instalação de hidrelétricas em terras com povos indígenas em isolamento. Minuta de projeto deve ser enviada ao Congresso neste ano

LEANDRO PRAZERES  
leandro.prazeres@sb.oglobo.com.br  
BRASÍLIA

O governo ignorou duas recomendações da Fundação Nacional do Índio (Funai) e abriu uma brecha que possibilita a mineração, a exploração de petróleo e a instalação de hidrelétricas em terras indígenas nas quais há registro da presença índios isolados, considerados os mais vulneráveis do país. As recomendações constam de uma troca de correspondências à qual O GLOBO teve acesso ocorrida entre diferentes ministérios que fazem parte do grupo de trabalho que elaborou a minuta de um projeto de lei sobre o assunto.

A regulamentação da mineração em terras indígenas foi uma das bandeiras de campanha do presidente Jair Bolsonaro. No último sábado, O GLOBO revelou que o governo federal pretende enviar ao Congresso este ano um projeto que prevê também a possibilidade de outras formas de exploração desses territórios, incluindo petróleo e gás e cons-trução de hidrelétricas.

De acordo com a Funai, o Brasil tem hoje 114 registros de índios isolados ou de recente contato. Desse total, 28 já foram confirmados. Em 21 agosto de 2019, o Programa de Parcerias e Investimentos

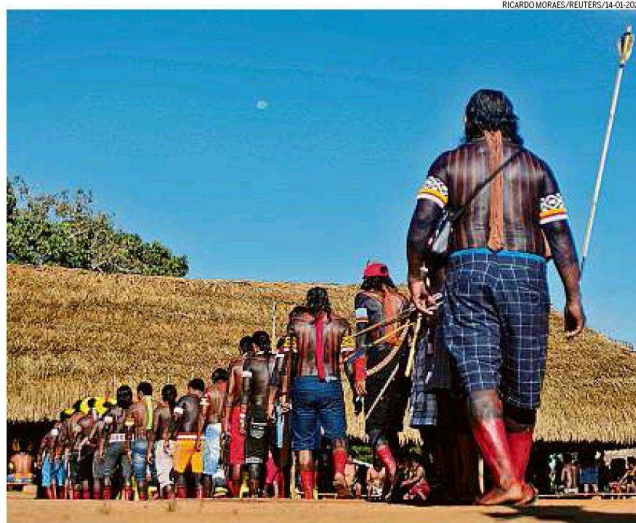
(PPI), ligado à Casa Civil e integrante do grupo de trabalho sobre o projeto do governo federal, sugeriu que a exploração de recursos ficaria vedada apenas no perímetro identificado pela Funai como sendo aquele onde vivem as comunidades isoladas. No restante da terra indígena, a exploração desses recursos poderia ocorrer desde que autorizada pelo Congresso.

“Cabe à Funai identificar as comunidades isoladas e determinar, dentro da terra indígena, o seu perímetro de ocupação e uso, no qual fica vedada a pesquisa e a lavra de recursos minerais e hidrocarbonetos e o aproveitamento de potenciais de energia hidráulica”, disse o PPI na sugestão à minuta.

Em 17 de setembro, no entanto, a Funai se manifestou contra a proposta feita pelo PPI e sugeriu uma redação diferente: “É vedada a exploração de recursos de que trata esta lei em Terras Indígena (sic) com presença de povos indígenas isolados”.

Pela redação sugerida pela Funai, a exploração de recursos ficaria vedada em toda a extensão das terras indígenas em que houvesse a presença de povos isolados, e não só dentro de um perímetro delimitado por ela.

“O disposto nesta lei aplica-se às terras tradicionalmente



Disputa. Índios participam de encontro no Xingu; governo federal quer liberar atividades econômicas em reservas

## MPF apura atrasos em alimentos

> O Ministério Público Federal de Dourados (MS) vai instaurar procedimento para investigar o atraso na entrega de cestas básicas a famílias indígenas em

áreas “não regulamentadas”, ou seja, sem demarcação. Por decisão da Justiça, a responsabilidade é da União.

> A Fundação Nacional do Índio (Funai) suspendeu o deslocamento de servidores para atuar com a Companhia Nacional de Abastecimento

(Conab) na entrega dos alimentos no estado.

> As cestas são fornecidas devido à situação de insegurança nutricional nas comunidades, mas não existe um cadastro específico. No acampamento Juncal, que fica a cerca de 50 km do centro de Naviraí,

15 famílias ainda aguardam o benefício.

> Apesar da reclamação, a Conab declarou que a distribuição de cestas está normal. A Funai, em nota, disse que não faz parte da ação judicial que obriga a entrega de alimentos. (Adriana Mendes)

ocupadas pelos índios de que trata o art. 231 da Constituição, à exceção das terras indígenas em que haja registro, por parte da Funai, de comunidades isoladas”, reforçou a Funai em outro trecho.

Apesar das recomendações da Funai, prevaleceu a posição do PPI na minuta mais recente do projeto.

## FALTA DE DIÁLOGO

Para a advogada da ONG Instituto Socioambiental (ISA) Juliana Batista, o que chama a atenção na troca de comunicações do grupo de trabalho é a forma como o governo ignorou a posição da Funai sobre os isolados.

— Causa espanto que recomendações técnicas do órgão responsável pela questão indígena sejam ignoradas dessa forma. O governo tem dialogado com vários segmentos da sociedade, mas não conversa com as instâncias que representam os índios — afirmou Batista.

Questionado, o Ministério de Minas e Energia disse que as informações sobre o tema têm de ser fornecidas pela Casa Civil, que estaria “analisando este assunto”. A Casa Civil disse que o “tema está em discussão no governo federal e ainda não existe texto fechado a respeito”. A Funai repetiu a resposta dada pela Casa Civil.